

25. NEPCrim: reflexões e achados a partir da extensão e da pesquisa acadêmicas

Ellen Rodrigues Brandão¹
Sofia Miranda de Oliveira
Mariana Gaudereto Sena
Yasmin Fernandes Benini
Luiza Cunha Lenzi
Nayra Santos Oliveira
Marcia Adriana Barroso Coelho
Leticia Montebunhuli Pereira Fiorindo
Amanda Maria Martins
Victor Augusto Faria Ribeiro
Debora Morinigo de Sousa
Pedro Rivello da Costa Guimarães
Igor de Souza Figueiredo
Mariana Gaudereto Sena
Eduardo Khoury Alves
Livia Calderaro Garcia
Naiara Marques de Britto
Paula Guimarães
Vinicius Fonseca

Resumo

O NEPCrim (Núcleo de Extensão e Pesquisa em Ciências Criminais da Faculdade de Direito da UFJF) foi criado em 2015 e, desde então, devidamente alocado no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da mesma instituição, com funcionamento de segunda à sexta, nos turnos matutino e vespertino. O NEPCrim consiste em um conjunto de ações de caráter orgânico-institucional que visa proporcionar à comunidade acadêmica e aos cidadãos residentes no município de Juiz de Fora e em seu entorno diversas atividades de extensão, cursos, eventos e pesquisas no âmbito das ciências criminais, de modo a contribuir positivamente quanto às demandas operacionais, educacionais e científicas em relação ao crime e à violência na região. Ao longo do presente trabalho pretende-se apresentar os diferentes projetos que vêm sendo desenvolvidos no núcleo desde sua criação, bem como as reflexões e achados vivenciados pela equipe ao longo das atividades, que contemplam desde pesquisas de campo a análises, petições judiciais, bem como eventos culturais, rodas de conversa e ações abertas à comunidade.

Palavras-chave: extensão; pesquisa; ciências criminais.

Abstract

NEPCrim (Extension and Research Group in Criminal Sciences of the UFJF's Law School) was created in 2015, and since then, properly allocated in the Legal Practice Center (NPJ) of the same institution, operating from monday to friday, in shifts in morning and afternoon. NEPCrim consists in a group of actions in a organic-institutional character, that aims providing the academic community and the citizens of Juiz de Fora and in its surroundings diverse activities of extension, courses, events and researches in the sphere of the criminal

¹ Professora de Direito Penal e Criminologia da Faculdade de Direito da UFJF; Doutora em Direito Penal (UERJ), com estágio doutoral na Universidade de Greifswald (Alemanha). Contato: ellen.rodriguesjf@gmail.com

sciences, looking for contribute positively to the operational, educational and scientific demands concerning crime and violence in the region. Throughout this presentation we intend to show the different projects that have been developed in the group since its creation, as well as the reflections and results experienced by the team throughout the activities, which include from field research to analysis, judicial petitions, as well as cultural events, talking groups and actions open to the community.

Key words: *extension; research; criminal sciences.*

1. Introdução

O NEPCrim (Núcleo de Extensão e Pesquisa em Ciências Criminais da Faculdade de Direito da UFJF) foi criado em 2015 e, desde então, devidamente alocado no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da mesma instituição, com funcionamento de segunda à sexta, nos turnos matutino e vespertino. O NEPCrim consiste em um conjunto de ações de caráter orgânico-institucional que visa proporcionar à comunidade acadêmica e aos cidadãos residentes no município de Juiz de Fora e em seu entorno diversas atividades de extensão, cursos, eventos e pesquisas no âmbito das ciências criminais, de modo a contribuir positivamente quanto às demandas operacionais, educacionais e científicas em relação ao crime e à violência na região.

A motivação para este programa decorreu do ideal, sobretudo por parte de sua coordenadora, de contribuir para o desenvolvimento de projetos e ações de extensão e pesquisa afetos à questão criminal no município de Juiz de Fora e em seu entorno, bem como de contribuir para a produção de conhecimentos empíricos mais amplos sobre a referida temática, o que é uma grande carência no âmbito das ciências jurídicas e sociais de modo geral.

Através do NEPCrim vêm sendo realizadas atividades de caráter interdisciplinar, que, embora sejam coordenadas pela professora proponente, tenham a capacidade de acolher outros professores interessados, bem como alunos, representantes do poder público, lideranças comunitárias, representantes e integrantes de movimentos sociais, pesquisadores interessados no estudo das Ciências Criminais e os cidadãos de modo geral. Tais atividades serão orientadas à reflexão sobre as relações entre as Ciências Criminais e os constantes processos de transformação social que se lhes afetam, tendo por fio condutor a indeclinável observância dos Direitos Humanos. Na conjuntura atual, marcada por tendências político-criminais expansivas e atentatórias às liberdades públicas e aos direitos fundamentais, imperiosos se fazem programas dessa natureza - seja para apontar as vicissitudes do pensamento penal na pós-modernidade, seja para indicar as possibilidades promissoras de superação da conflitividade social afeta ao Direito Penal, à Criminologia e aos demais saberes criminológicos que irrompem a presente quadra histórica.

Antes de avançar, convém destacar que o NEPCrim foi instituído através de ato normativo da Direção da Faculdade de Direito (através da Portaria N° 02, de 27 de Junho de 2016, emitida pela Diretora da Faculdade de Direito da UFJF (FACDIR), Profa. Dra. Aline Araújo Passos), que permitiu o aperfeiçoamento dos projetos de extensão e pesquisa em andamento no âmbito da FACDIR, sob a coordenação da professora Ellen Rodrigues, professora adjunta de Direito Penal e Criminologia da referida instituição, quais sejam: Projeto de extensão acadêmica “Além da Culpa: Justiça Restaurativa para adolescentes”; Projeto de extensão acadêmica “Diga não à violência contra a mulher”; Projeto de extensão em interface com pesquisa “Diga não à violência contra a mulher. Um estudo de caso sobre a realidade de Juiz de Fora: perspectivas e desafios”; Projeto de extensão acadêmica “Mulheres, apesar do cárcere”; Projeto de pesquisa “A escalada da violência em Juiz de Fora: para pensar melhor...”; Projeto de Pesquisa “Monitoramento eletrônico de pessoas e possibilidades de implantação na Comarca de Juiz de Fora/MG”.

Nesse sentido, tem-se que, através do NEPCrim, foi possível ainda dar continuidade às atividades de atendimento jurídico no NPJ, na Casa da Mulher, no sistema prisional e socioeducativo locais, alcançando especialmente as mulheres, através do Projeto de extensão “Mulheres, apesar do cárcere” e os adolescentes acautelados no Centro Socioeducativo Santa Lúcia de JF. Ademais, foi possível desenvolver novos estudos, cursos e palestras acerca da questão criminal no município, cotejando com os cenários nacionais e internacionais.

As atividades desenvolvidas no âmbito do NEPCrim contam com metodologias quantitativas e qualitativas de forma integrada e se destinarão, especialmente, a: adolescentes, entre 12 e 18 anos, em conflito com a lei penal e/ou conflitos escolares e comunitários; adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo Santa Lúcia; mulheres vítimas de violência doméstica atendidas na Casa da Mulher de Juiz de Fora, bem como seus familiares e agressores; mulheres em cumprimento de pena e/ou medidas cautelares no sistema prisional de Juiz de Fora; atores jurídicos que trabalham na área penal, alcançando, ainda, de forma indireta, autoridades policiais e municipais responsáveis pelas políticas de segurança pública do município.

Através de tais atividades, bem como de cursos de extensão e campanhas de conscientização realizadas tanto no campus da UFJF como nas redes sociais foi possível atingir a sociedade de maneira ampla, na medida em que não só acadêmicos, mas todos os cidadãos que tiveram contato com as ações extencionistas realizadas no âmbito do NEPCrim puderam participar ativamente de reflexões acerca de problemas que afetam os cidadãos de modo geral, quais sejam: o crime, o medo do crime e os diferentes processos de criminalização que subjazem a chamada "criminalidade".

2. Universidade sem muros: a importância da extensão acadêmica e seu potencial de abertura da Universidade à sociedade

Através de programas de extensão são abertos promissores caminhos para aproximações entre a Universidade e a sociedade, por meio de um processo dialético, que possibilita o aprofundamento e a geração de novos conhecimentos. Nesse sentido, por meio do NEPCrim pretende-se contribuir para a democratização da assistência jurídica no âmbito penal, cujos principais beneficiários são pessoas oriundas das classes menos favorecidas e, por isso, carecem de auxílio para a consecução de devida e efetiva prestação jurisdicional. Ademais, objetiva-se promover e estimular a produção de conhecimentos acerca da questão criminal, bem como propor novos modelos baseados em programas político-criminais comprometidos com os Direitos Humanos e, finalmente, contribuir para o aprimoramento e a difusão dos inovadores programas de Justiça Restaurativa e demais mecanismos informais de resoluções de conflitos criminais no município de Juiz de Fora, de modo a beneficiar seus destinatários e a sociedade como um todo.

Entre os anos de 2015 a 2019 o NEPCrim já contou com a participação de mais de 50 discentes, entre bolsistas e voluntários, sendo atualmente composto por 19 integrantes, que figuram como autora e co-autores do presente trabalho. Além de contar com os discentes vinculados à UFJF, o NEPCrim recebe apoio de voluntários lotados no CPC (Centro de Prevenção à Criminalidade) e pessoas físicas que se aproximaram do núcleo após participarem de cursos de extensão oferecidos à comunidade.

Ao longo desse período, mais de 3000 pessoas foram impactadas pelas ações realizadas no âmbito do NEPCrim, com destaque para os seguintes projetos:

1) Projeto de extensão acadêmica “Além da Culpa: Justiça Restaurativa para adolescentes”: o projeto, que foi premiado na categoria “Direitos Humanos” na Mostra da Extensão de 2016 da UFJF, é fruto de convênio realizado, especificamente para esta finalidade, entre a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

e presta atendimentos a adolescentes acusados e/ou condenados pela prática de infrações penais na Comarca de JF ou em cumprimento de medidas socioeducativas nas instituições locais. Desde sua implementação em 2015 até o presente, o “Além da Culpa” já atingiu mais de 1500 beneficiários, tendo a equipe de extensionistas participado efetivamente de mais de 100 círculos e/ou ações restaurativas;

2) Projeto de extensão acadêmica “Diga não à violência contra a mulher”: o projeto é fruto da parceria com o Centro de Referência Casa da Mulher de Juiz de Fora/MG. Sob a coordenação da professora solicitante, estagiários realizam, diariamente, atendimentos às mulheres vítimas de violência doméstica que procuram a Casa da Mulher. Tais atendimentos consistem em: acolhimento; confecção dos pedidos de medida protetiva pertinentes ao caso, acompanhamento de audiências; realização das práticas de Justiça Restaurativa nos termos da Resolução 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça. Desde sua implementação em 2016 até o presente, o “Diga não à violência contra a mulher” já atingiu mais de 500 beneficiárias, tendo a equipe de extensionistas participado efetivamente de mais de 55 círculos e/ou ações restaurativas;

3) Projeto de extensão em interface com pesquisa “Diga não à violência contra a mulher. Um estudo de caso sobre a realidade de Juiz de Fora: perspectivas e desafios”: este projeto visa a continuidade das atividades prestadas no projeto supra e aprofundamento da análise dos resultados obtidos através da experiência empírica e ainda está em andamento;

4) Projeto de extensão “Mulheres, apesar do cárcere”: este projeto promoverá atendimentos semanais na Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires, na cidade de Juiz de Fora, para onde são encaminhadas as detentas do sexo feminino em cumprimento de pena e/ou medida cautelar nesta Comarca. Nesses atendimentos, os estagiários realizarão: acolhimento; intervenções de Justiça Restaurativa e estudos de obras literárias que permitirão a remição da pena pela leitura. A cada ciclo, a equipe interpõe os pedidos processuais de remição de pena, nos termos da Lei de Execuções Penais, sob a supervisão da professora coordenadora. Para cada livro lido, cada detenta pode remir 4 dias de pena. Desde sua implementação em 2017 até o presente, o “Além da Culpa” já atingiu mais de 130 beneficiárias, que além de ações restaurativas, contaram com o devido peticionamento de remição da pena pela leitura em seus respectivos processos junto ao TJMG;

5) Projeto de pesquisa “A escalada da violência em Juiz de Fora: para pensar melhor”: este projeto é fruto de pesquisas anteriores, desenvolvidas pela professora solicitante, e pretende refletir sobre os impactos do crescimento econômico e populacional verificado no município de Juiz de Fora nos últimos anos, tendo por objetivo contextualizar a dita “onda de violência” percebida nos anos de 2012 e 2013 e suas repercussões na sociedade. Tal projeto ainda está em andamento;

6) Projeto de pesquisa “Monitoramento eletrônico de pessoas e possibilidades de implantação na Comarca de Juiz de Fora/MG”: este projeto visa realizar levantamentos sobre a realidade nacional e internacional acerca da utilização da monitoração eletrônica de pessoas como alternativa, ou não, à prisão e as possibilidades de sua implantação na Comarca de Juiz de Fora. Tal projeto foi devidamente concluído no ano de 2018, tendo originado um artigo que será publicado em obra organizada por destacada universidade alemã;

Além desses projetos, desde a criação do NEPCrim vêm sendo promovida uma série de eventos, tais como: i) 10 ANOS DA LEI 11.343/2006 E A POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS NO BRASIL²; ii) I Seminário do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Ciências Criminais da UFJF³, bem como cursos sobre Justiça Restaurativa e prevenção à violência, todos

² Anais disponíveis em: <http://www.ufjf.br/direito/files/2017/10/Anais-do-Evento-10-anos-da-lei-11.3432006-e-a-pol%C3%ADtica-criminal-de-drogas-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 2 abril 2019.

³ Anais disponíveis em: <http://www.ufjf.br/direito/enspesqexte/anais/anais-do-nepcrim/>. Acesso em: 2 abril 2019.

gratuitos e abertos à comunidade.

Na realização de todas essas atividades, leva-se em conta, precipuamente, a discrepância entre a lei penal e a realidade do sistema judicial e carcerário nacionais e a gravíssima crise carcerária e político-criminal vigentes, ações e pesquisas dessa natureza podem contribuir para a crítica e o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e das políticas públicas destinadas a adultos e adolescentes acusados e/ou condenados pela prática de infrações penais, bem como as mulheres e demais grupos sociais vulneráveis à ação do sistema penal e às diversas formas de violência.

Nesse sentido, por meio do NEPCrim vem sendo possível promover ações afirmativas voltadas à democratização da assistência jurídica no âmbito penal, cujos principais beneficiários são pessoas oriundas das classes menos favorecidas e, por isso, carecem de auxílio para a consecução de acolhimento e da devida e efetiva prestação jurisdicional que se lhes é de direito. Dentre os principais beneficiários das ações desenvolvidas no âmbito do NEPCrim se destacam:

- 1) adolescentes, entre 12 e 18 anos, em conflito com a lei penal, cujas condutas estejam sob a representação da Defensoria Pública da Vara da Infância e Juventude de Juiz de Fora, bem como seus familiares;
- 2) adolescentes, entre 12 e 18 anos, envolvidos em conflitos escolares e/ou comunitários, bem como conflitos familiares;
- 3) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo Santa Lúcia em Juiz de Fora;
- 4) mulheres vítimas de violência doméstica atendidas no Centro de Referência Casa da Mulher de Juiz de Fora, seus familiares e demais pessoas da comunidade afetadas pelo conflito;
- 5) agressores das mulheres vítimas de violência doméstica atendidas no Centro de Referência Casa da Mulher de Juiz de Fora, seus familiares e demais pessoas da comunidade afetadas pelo conflito;
- 6) mulheres em cumprimento de penas e/ou medidas cautelares no sistema prisional de Juiz de Fora;
- 7) atores jurídicos que trabalham na área penal, seja no âmbito da prevenção, apuração e responsabilização de infrações penais, alcançando, ainda, de forma indireta, autoridades policiais e autoridades municipais que atuam nos referidos processos, bem como os atores responsáveis por levar a efeito as políticas de segurança pública do município.

Além dos beneficiários alcançados pelos projetos supramencionados, o NEPCrim vem promovendo, ao longo de suas atividades, cursos, eventos e campanhas de conscientização voltados para as comunidades e grupos sociais afetados pelo crime, pelo medo do crime e pelos diferentes processos de criminalização que subjazem a chamada “criminalidade”, com vistas à sensibilização dos cidadãos acerca da questão criminal.

3. Perspectiva teórica e horizonte de atuação: uma proposta interdisciplinar e inclusiva

Como já mencionado, as ações ora desenvolvidas no âmbito do NEPCrim visam a manutenção e o aperfeiçoamento dos projetos de extensão e pesquisa já em andamento por parte de sua coordenadora, como também ambicionam o desenvolvimento de outras atividades e estudos interdisciplinares no âmbito das Ciências Criminais. Por “Ciências Criminais” são compreendidos os diferentes ramos do saber que fornecem subsídios bibliográficos e empíricos para o estudo do crime e de seus diferentes impactos. As Ciências Criminais contemplam, na atualidade, diferentes ramos do saber, tais como: a Dogmática Penal, a Criminologia, o Processo Penal; a Sociologia; a História; a Antropologia Criminal; a Psicologia Forense; o Serviço Social; estudos sobre Arquitetura e Urbanismo; a Geografia Urbana; a Medicina Social,

entre outras. Assim, fiel às tendências da moderna Criminologia, o NEPCrim contempla a ideia de interdisciplinaridade no próprio nome, uma vez que ao invés de denominar-se um núcleo promotor de pesquisas e atividades restritas ao Direito Penal, incorpora, em sua nomenclatura, as “Ciências Criminais”.

Por compreender que a pretensão autopoietica do Direito Penal nos debates acerca da questão criminal está ultrapassada e, como comprovado pelas sólidas pesquisas empíricas sobre o tema, em amplo desacordo com as funções declaradas pelas normas jurídicas, o NEPCrim privilegia as abordagens criminológicas que, caracterizadas pelo método empírico e interdisciplinar, visam fornecer novas categorias de pensamento e modernas diretrizes de trabalho que ultrapassam o debate meramente jurídico e alcançam a realidade social.

Tal proposta encontra eco nas exigências da contemporaneidade. Pois, esse novo paradigma criminológico clama por um constante diálogo entre o Direito e as demais ciências, proporcionando uma compreensão mais ampla dos problemas relacionados ao crime e aos diferentes processos de criminalização e seletividade decorrentes da ação do sistema penal.

Diante das constatações empíricas realizadas no âmbito da Criminologia acerca da insuficiência dos aportes teóricos do Direito Penal para enfrentar a conflitividade social relacionada ao crime, a moderna pesquisa criminológico-crítica vem se destacando por seu viés interdisciplinar. Nesse sentido, a própria Criminologia deixa de ser vista como um apêndice teórico-legitimador dos discursos jurídico-penais para ser compreendida a partir de diferentes perspectivas. Tal abordagem, bem como as propostas alternativas aos modelos clássicos, reclamam um esforço empírico e multidisciplinar que une professores, alunos, representantes dos movimentos sociais, agentes comunitários, atores jurídicos, pesquisadores de diferentes abordagens e a sociedade civil, daí a pertinência da criação de um núcleo de extensão e pesquisa aberto à comunidade acadêmica e à sociedade como um todo.

Nesse sentido, as atividades realizadas pelo NEPCrim serão orientadas à reflexão crítica sobre as relações entre as Ciências Criminais e os constantes processos de transformação social que se lhes afetam, tendo por fio condutor a indeclinável observância dos Direitos Humanos. Por isso, nos atendimentos de extensão, desenvolvidas no âmbito da prática penal propriamente dita, será observado o devido cumprimento do arcabouço normativo previsto no ordenamento jurídico pátrio, bem como a observância dos princípios reitores do Direito Penal e do Processo Penal nos Estados Democráticos de Direito (Humanidade; Legalidade; Proporcionalidade; Lesividade; Culpabilidade; Intervenção Mínima; Ampla Defesa; Presunção de Inocência; In dubio pro reo; etc.).

Na conjuntura atual, marcada por tendências político-criminais expansivas e atentatórias às liberdades públicas e aos Direitos Humanos, imperiosos se fazem projetos e ações de extensão, bem como pesquisas dessa natureza - seja para apontar as vicissitudes do pensamento penal na pós-modernidade, seja para indicar as possibilidades promissoras de superação da conflitividade social afeta ao Direito Penal, à Criminologia e aos demais saberes criminológicos que irrompem a presente quadra histórica. Nesse espírito é que, através do NEPCrim, vêm sendo promovidas abordagens inovadoras e libertárias acerca da questão criminal no país e, mais especificamente, no município de Juiz de Fora e região. Na atualidade, as demandas por segurança pública vêm ocupando lugar de destaque na agenda local (RODRIGUES, 2015). No entanto, a despeito de reflexões mais aprofundadas sobre o aumento da violência, sobretudo nas áreas de periferia e na região central, a população juiz-forana vem clamando por medidas incisivas de combate e repressão ao crime.

Sendo assim, o NEPCrim cumpre também um papel político, na medida em que pode contribuir, através do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma positiva para este importante debate, na medida em que promove ações tendentes a: i) democratizar e expandir as atividades do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Faculdade de Direito da UFJF, especialmente no âmbito penal; ii) difundir os mecanismos e práticas de Justiça Restaurativa nas escolas, comunidades

e demais núcleos e/ou instituições de atendimento e atenção de adolescentes e jovens adultos; iii) viabilizar a realização de projetos de pesquisa e extensão acadêmicas, de caráter empírico e interdisciplinar, acerca do crime da criminalidade no país, mais especificamente voltados para os problemas do município de Juiz de Fora e região; iv) contribuir para maior representatividade da Universidade, através da Faculdade de Direito, nos debates e encaminhamentos acerca da questão criminal e segurança pública no município de Juiz de Fora e região; v) possibilitar a integração entre professores, pesquisadores, alunos e comunidade; vi) promover a aproximação entre a Faculdade de Direito e os movimentos sociais, seja através do apoio na realização das atividades de atendimento às comunidades e grupos vulneráveis, como através de eventos e campanhas; vii) promover a aproximação entre a Faculdade de Direito e os atores jurídicos e sociais responsáveis pelo sistema jurídico-penal e pelas políticas públicas de segurança no município de Juiz de Fora; viii) promover campanhas e eventos abertos à comunidade para a sensibilização e conscientização quanto à questão criminal e às políticas criminais levadas a efeito no país e, sobretudo, no município de Juiz de Fora e região; ix) contribuir para o desenvolvimento de estudos sobre o georreferenciamento da criminalidade em Juiz de Fora, como forma de aprofundamento das disciplinas de Direito Penal, Processo Penal e Criminologia, por meio de pesquisas interdisciplinares, visando interfaces entre tais disciplinas e as Ciências Sociais, Arquitetura e Urbanismo; x) desenvolver estudos destinados ao diagnóstico da situação carcerária no estado de Minas Gerais, especialmente no município de Juiz de Fora, promovendo a aproximação entre a Faculdade de Direito da UFJF e as autoridades responsáveis pela Segurança Pública no município; xi) integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade universitária com interesses e necessidades das comunidades e grupos vulneráveis, estabelecendo mecanismos que relacionem o saber acadêmico e a percepção social acerca da questão criminal na atualidade, democratizando, assim, o conhecimento acadêmico; xii) incentivar o desenvolvimento da prática penal discente através de atividades extensionistas que contribuam para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais diferenciados, comprometidos com a promoção da cidadania e dos direitos humanos, entre outros.

4. Metodologia utilizada e organização das atividades

As atividades desenvolvidas no âmbito do NEPCrim contam com metodologias quantitativas e qualitativas de forma integrada. Na etapa inicial de estruturação dos projetos e ações de extensão e organização dos recortes das pesquisas, privilegiar-se-á a pesquisa bibliográfica – com destaque para autores brasileiros e estrangeiros cuja produção se volta ao estudo da questão criminal, nos seus mais diferentes aspectos.

Cumprida essa etapa, são iniciadas as atividades extensionistas, que, por serem desenvolvidas através do contato direto entre pesquisadores, estagiários (bolsistas e voluntários) e beneficiários, possibilitarão a realização conjunta de pesquisas empíricas qualitativas, privilegiando metodologias características de pesquisas de campo, como a observação participante. Através desse trabalho empírico, são realizados levantamentos e análises dos dados colhidos durante as atividades de extensão, cotejando-os com a pesquisa bibliográfica que serve de suporte teórico aos trabalhos.

Visando a qualificação continuada da equipe, são realizadas reuniões semanais para capacitação, análise e nivelamento dos resultados. Ademais, nessas reuniões são estabelecidos planos de ação para aplicação e tabulação dos questionários aplicados em relação aos principais atores envolvidos nas atividades realizadas pelo NEPCrim. Essas reuniões de capacitação da equipe e nivelamento dos trabalhos são baseadas na metodologia construtivista proposta por Paulo Freire (2005; 1983), segundo a qual o conhecimento deve ser construído dialogicamente,

a partir da interação entre professores e alunos. Propõe-se, com isso, a problematização de mundividências, de forma a permitir que todos os envolvidos participem construtivamente das discussões sobre os problemas pesquisados e da produção do conhecimento obtido a partir deles, o que viabiliza o debate sobre os diversos paradigmas que orientam as diferentes percepções a respeito dos temas centrais dos projetos desenvolvidos no âmbito do NEPCrim, quais sejam: o crime, o medo do crime e os diferentes processos de criminalização que subjazem a chamada “criminalidade” e seus impactos na sociedade.

Durante a execução das atividades extensionistas realizadas diretamente aos beneficiários, sobretudo entre os adolescentes e mulheres, são utilizadas estratégias de comunicação não violenta, que reforçam a importância da cultura de paz e dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos, dentro da lógica da Justiça Restaurativa, nos termos da Resolução 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Nessas atividades e nas demais ações de extensão e pesquisa, a equipe é dividida de modo a contemplar os diferentes trabalhos serem realizados, de modo que cada estagiário (bolsista ou voluntário) cumprirá uma carga horária no limite de 12 horas semanais, sob a devida supervisão e orientação da coordenação do NEPCrim.

De acordo com o cronograma utilizado pelo grupo, todas as atividades desenvolvidas no âmbito do NEPCrim contam com a etapa de preparação, desenvolvimento e relatório final. Tais relatórios são objeto de discussão, adequação e complementação por parte de todos os membros da equipe, o que permite que, feitas as devidas adequações, a coordenadora se dedique à produção das versões finais dos referidos relatórios e promova a publicação dos resultados junto a revistas científicas e/ou sites especializados, de modo a difundir e democratizar os conhecimentos produzidos ao longo dos trabalhos.

Cumprir destacar que todas as atividades desenvolvidas no âmbito do NEPCrim privilegiam a metodologia da observação participante e as investigações empíricas no intuito de refletir sobre as práticas institucionais e as peculiaridades dos feitos processados no âmbito do da Justiça Criminal na Comarca de Juiz de Fora/MG, do sistema prisional e socioeducativo local e das diferentes políticas públicas desenvolvidas no município em torno da segurança pública, investigando os possíveis aspectos de seletividade e marginalização social em relação aos cidadãos submetidos às mesmas.

Do ponto de vista pedagógico, as atividades realizadas pelo NEPCrim procuram contemplar diferentes ramos do saber, capazes de fornecer subsídios teóricos e empíricos para o estudo do crime, da criminalidade e de seus diferentes impactos nas sociedades contemporâneas. A necessidade dessa abordagem interdisciplinar é amplamente discutida como proposta pedagógica levada a efeito no âmbito das disciplinas Direito Penal; Estudos do Crime; Criminologia e Tópicos especiais de Direito Penal, todas lecionadas pela professora coordenadora do núcleo. Em tais disciplinas, atenta às novas tendências de ensino das Ciências Penais no Brasil e no mundo, esta professora procura demonstrar aos discentes a importância do desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisas empíricas e interdisciplinares para o aprimoramento da formação teórica e prática dos profissionais do Direito e demais áreas afins.

Essa perspectiva se apoia no reconhecimento de que a pretensão autopoiética do Direito Penal, que prevaleceu por séculos nos debates acerca da questão criminal, está ultrapassada e em desacordo com os mecanismos atuais de proteção aos Direitos Humanos no âmbito penal. Nesse sentido, almeja-se que, através das atividades desenvolvidas no âmbito do NEPCrim, os processos de ensino e aprendizagem das disciplinas afetas ao Direito Penal e à Criminologia realizados na Faculdade de Direito da UFJF passem a contar com um espaço de transformação social e de produção de conhecimento que funcione como uma oportunidade para o desdobramento e o aprofundamento das discussões travadas em sala de aula sobre os referidos temas.

Por conseguinte, acredita-se que a criação do NEPCrim serve de estímulo e

oportunidade para o aprimoramento do ensino do Direito Penal e da Criminologia no âmbito da Faculdade de Direito da UFJF, sendo de fundamental importância, também, para o aperfeiçoamento da formação prática realizada no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), especialmente no âmbito penal. Pois, além de proporcionar prestação jurisdicional de qualidade aos beneficiários, o núcleo representa um espaço de aprendizagem e discussão para os discentes, docentes, pesquisadores, representantes e integrantes de movimentos sociais e a sociedade como um todo, o que pode abrir canais promissores para a emergência de ideias criativas, pensamento crítico e novas categorias de pensamento que ultrapassam o debate meramente jurídico e alcançam a realidade social de forma transformadora.

Cumprido destacar que tais perspectivas acima em consonância com o art. 5º do Estatuto da UFJF, que dispõe que esta tem por finalidade “produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida”. No mesmo sentido estão as diretrizes do Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Direito da UFJF, que dispõem que “o discente deverá desenvolver a capacidade de perceber a complexidade do fenômeno jurídico, compreendendo, mediante análises crítico-construtivas, os limites e as possibilidades das instituições jurídicas. Isto reforça a importância de um curso com perfil interdisciplinar, pautado numa concepção humanista e filosófica, base necessária ao desenvolvimento de pesquisas institucionais interligadas com a prática do Direito”. O referido PPC destaca, ainda, a importância de se desenvolverem “estudos que se baseiem no pluralismo e na construção de identidades éticas, cuja ênfase se encontra, na atualidade, nas necessárias intervenções do Direito na realidade”.

Acredita-se que, ao oportunizar a participação de discentes em atividades acadêmicas sobre temática tão atual e relevante, o NEPCrim pode contribuir positivamente para a sua formação, pois permite aos acadêmicos exercerem um papel ativo junto à sociedade em que vivem. A aproximação dos estudantes de Direito e demais áreas afins com o universo estudado - qual seja: o crime e os conflitos sociais que se lhe submetem – oportuniza o desenvolvimento de atividades práticas comprometidas com a melhoria da realidade social; com a prevenção do crime e da violência; com a afirmação dos Direitos Humanos; com a implementação dos modernos mecanismos de Justiça Restaurativa e construção de paz e com aperfeiçoamento da administração jurídico-penal como um todo. Importa destacar que as atividades desenvolvidas no âmbito do NEPCrim estarão abertas a toda a comunidade acadêmica e não apenas aos alunos do curso de Direito.

Considerando-se a importância dessas atividades para comunidade acadêmica, para os beneficiários e para a sociedade em geral, os impactos produzidos pelas mesmas na formação dos discentes podem ser percebidos como uma via de mão dupla, que alcança tanto as possibilidades de aprimoramento dos processos de aprendizagem, como também permite que os beneficiários tenham possibilidades de participação na elaboração e na práxis dos conhecimentos acadêmicos. Esse fluxo garante a troca contínua e fecunda de saberes acadêmicos e sociais que, conseqüentemente, impulsionará mudanças positivas quanto às limitações ora verificadas em relação à compreensão do crime e da criminalidade na sociedade atual.

A partir de uma perspectiva humanizada, que contraria o arquétipo do “homem médio” que se enfrenta de forma assombrosa com a lei penal, o NEPCrim confere aos discentes a possibilidade de participação em atividades que contem com a participação de pessoas reais. Através dessas atividades, espera-se despertar nos discentes a capacidade de analisar mais profunda e humanamente os casos com que se depararem, compreendendo que os aspectos sociais que afetam as pessoas e os delitos praticados por elas estão para além da forma fria das estatísticas, dos registros policiais e dos processos penais. Acredita-se que tal experiência

repercutirá de forma positiva na formação discente e contribuirá para o desenvolvimento de profissionais dotados de uma compreensão mais ampla acerca dos problemas relacionados ao crime, ao medo do crime e aos diferentes processos de criminalização existentes na sociedade e à seletividade penal decorrente dos mesmos.

Considerando o cenário atual e a forma preocupante com que o debate sobre o crime e a violência vem sendo conduzido no âmbito acadêmico e na sociedade brasileira como um todo⁴, a formação de profissionais com tal sensibilidade é de grande relevância para afirmação dos Direitos Humanos e dos princípios que servem de limitação ao poder punitivo arbitrário nos Estados democráticos de Direito.

5. Considerações finais

Os encaminhamentos majoritários sobre a questão criminal na atualidade colocam em questão a democracia propriamente dita, assim como seus postulados de igualdade e de observância aos Direitos Humanos. A diferenciação ostensiva de cidadãos a partir de valências econômicas, sociais e políticas, termina por naturalizar a ideia de que os Direitos Humanos existem apenas para “humanos direitos”. Segundo Vera Malaguti Batista, tal estado de coisas nos permite depreender que, nas duas últimas décadas, a percepção da violência por parte dos brasileiros vem produzindo uma espécie de “adesão subjetiva à barbárie” que, grosso modo, consiste em uma crescente demanda coletiva por instrumentos de controle social, cada vez mais ofensivos. Um dos aspectos mais deletérios desse movimento é a privatização e a policização da Academia, dos movimentos sociais, dos núcleos de violência e cidadania e de diferentes setores da sociedade civil – “todos agora se dirigindo para a construção da expansão do poder punitivo em todas as direções” (BATISTA, 2012, p. 309-310).

Daí a importância da formação de profissionais capazes de resistir a essa “adesão subjetiva à barbárie” e de lutarem pela implementação de ações e modelos político-criminais destinados à prevenção do crime e à redução da violência que reivindicuem, ao mesmo tempo, a devida observância dos limites impostos ao poder punitivo nos Estados democráticos de Direito e lutem pela efetivação dos Direitos Humanos.

Na preocupante quadra histórica que o país atravessa em termos penais, carcerários e político-criminais, contribuir para a formação de profissionais que tenham a oportunidade de construir um pensamento humanizado e contra-hegemônico sobre o crime e a criminalidade e, sobretudo, no âmbito de uma Universidade pública e de qualidade, é uma expressão de resistência democrática, que muito poderá contribuir para as gerações futuras.

O princípio da indissociabilidade universitária entre ensino, pesquisa e extensão, é um dos imperativos da Constituição brasileira de 1988, que em seu art. Art. 207 CF dispõe que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. De acordo com esse preceito fundamental, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira. Não obstante, a compreensão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se restringe a uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica.

Nesse sentido a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico capaz de fornecer aportes teóricos que servirão de alicerces para transformações e avanços sociais. Percebida de tal forma, a relação entre ensino, pesquisa e extensão, quando bem articulada, pode conduzir a mudanças

⁴ WAISELFISZ, 2013; 2014; 2015.

significativas nos processos de ensino e aprendizagem, além de colaborar efetivamente para a formação profissional de estudantes e professores e fortalecer os atos de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos. Assim, compete à Universidade produzir conhecimento e o transmitir, por meio do ensino, aos discentes. Por outro lado, por meio da pesquisa, essa mesma Universidade deve aprimorar o conhecimento acumulado e produzir novos conhecimentos. Finalmente, por meio da extensão, procede-se à difusão, socialização e democratização desses conhecimentos, bem como de novas descobertas alcançadas através deles. Assim, forma-se um ciclo, no qual a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, que são difundidos por meio do ensino e da extensão, de maneira que as três atividades tornam-se complementares e interdependentes, atuando de forma sistêmica.

É com apoio nessa perspectiva, que, através do NEPCrim, efetiva-se, por meio da extensão acadêmica em interface com a pesquisa, uma prática interdisciplinar e cidadã, que contemple os diversos saberes que compõem as Ciências Criminais, e também uma prestação jurisdicional comprometida com a moderna pesquisa criminológico-crítica, devidamente comprometida com a observância dos Direitos Humanos. Tal proposta permitirá aos alunos do curso de Direito e demais áreas afins contribuírem positivamente para a sociedade em que vivem e colocarem em prática os conhecimentos obtidos em suas respectivas graduações, além de oportunizar a realização da proposta empírica e interdisciplinar.

Através das atividades de extensão, realizadas diretamente junto aos beneficiários dos projetos realizados nos últimos anos, o NEPCrim vem contribuindo para a democratização da assistência jurídica prestada no Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito, especialmente no âmbito penal. Pois, nessas atividades, os principais beneficiários são pessoas oriundas das classes menos favorecidas e, por isso, carecem de auxílio para a consecução de devida atenção e efetiva prestação jurisdicional que se lhes é de direito. Entre os principais beneficiários destacam-se: os adolescentes em conflito com a lei penal e/ou aqueles envolvidos em conflitos escolares, familiares ou comunitários; os adolescentes em cumprimento de medida de internação no Centro Socioeducativo Santa Lúcia, em Juiz de Fora; as mulheres vítimas de violência doméstica, alcançando, ainda, de forma indireta, os filhos e familiares das mesmas; as mulheres em cumprimento de pena e/ou outras medidas cautelares, alcançando, ainda, de forma indireta, os filhos e familiares das mesmas.

Além da aproximação entre os beneficiários e comunidade, o NEPCrim vem promovendo diálogos com os atores jurídicos, autoridades policiais e municipais e demais representantes do poder público destinados a levar a efeito as políticas carcerárias e políticas de segurança pública no município de Juiz de Fora e região, afim de interferir positivamente, através de abordagens críticas e devidamente fundamentadas, no debate sobre a questão criminal no município, tendo recebido moções honrosas por parte da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora nos anos 2017 e 2018 por sua atuação na área das ciências criminais e justiça. Ademais, através de tais diálogos, foi possível introduzir os modernos programas de Justiça Restaurativa em diversas instituições que compõem o sistema de justiça criminal na Comarca de Juiz de Fora, bem como em instituições que lhe são parceiras, tais como: Vara da Infância e Juventude de Juiz de Fora; Centro Socioeducativo Santa Lúcia; Penitenciária José Edson Cavalieri; Penitenciária Ariosvaldo Campos Pires; Centro de Referência Casa da Mulher (onde são realizados os atendimentos às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no município); além de diversos eventos realizados em parceria com a OAB-Subseção Juiz de Fora e CPC (Centro de Prevenção à Criminalidade), vinculado à Secretaria de Estado e Defesa Social de Minas Gerais.

Em todas essas atividades, foi possível perceber que as demandas por segurança pública vêm ocupando lugar de destaque na agenda local. A despeito de reflexões mais aprofundadas sobre o aumento da violência, sobretudo nas áreas de periferia e na região central, a população juiz-forana vem clamando por medidas incisivas de combate e repressão ao crime. Não

obstante, opondo-se a essa visão excludente, seletiva e pouco comprometida com os direitos humanos, o NEPCrim vem oferecendo, através do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma positiva, crítica e fundamentada, contribuições que dialogam com as políticas públicas já existentes e, ao mesmo tempo, apresentam novas estratégias de trabalho afeitas aos programas político-criminais com foco na prevenção e não propriamente na repressão do crime, bem como vem oportunizando a realização de reflexões críticas acerca do crime e da criminalidade tendo por fio condutor a desconstrução de diversos mitos que perpassam a questão da violência que afeta, seletivamente, determinados grupos sociais brasileiros.

Por derradeiro, cumpre destacar que todos os(as) co-autores(as) são acadêmicos do curso de Direito da UFJF (campus Juiz de Fora) que, com sua dedicação e empenho às atividades realizadas no âmbito do NEPCrim, tornaram possível este trabalho. Nesta oportunidade, cumpre ainda agradecer a todos(as) os(as) discentes que passaram pelo núcleo e nos ajudaram a construir essa história de resistência e afeto.

Este artigo em especial é dedicado a Igan Figueiredo Mainieri Silveira e Ayla Sarah Castilho de Paula, nossos ex-integrantes e eternos professores de como existir de forma empática e sensível, sobretudo quando se luta nas trincheiras da liberdade.

Referências

- BATISTA, Vera Malaguti. Difíceis ganhos fáceis - drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2003a.
- BECKER, Howard S. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Trad. Maria Luiza X. de Borges. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.
- BIRMAN, Joel. Subjetivações e risco na atualidade. In: Revista Epos, v. 4, n. 1, jan./jun. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- FREIRE, P. (2005). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.
- _____. (1983). Criando métodos de pesquisa alternativa. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante. São Paulo. Brasiliense. p. 34-41.
- RODRIGUES, Ellen. A Justiça Juvenil no Brasil e a responsabilidade penal do adolescente: rupturas, permanências e possibilidade. Rio de Janeiro: Revan, 2017.
- _____. A escalada da violência em Juiz de Fora: Para pensar melhor.... Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, 2015. v. 7, p. 40.
- WACQUANT, Loïc. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, Vera Malaguti (Org.). Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 11-42.
- _____. Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: FASE, 2001.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2015. Disponível em: <www.juventude.gov.br/juventudeviva>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil. Referência obtida: Flacso Brasil, 2015. Versão preliminar. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. Mapa da Violência: Mortes Matadas por arma de fogo. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf>. Acesso em 20 fev. 2016.

ZAFFARONI, E.R. (2008), **Manual de direito penal brasileiro**. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.

_____. (2007), **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia.